

Conectando saberes: a interdisciplinaridade dos conceitos de Ciência Política na disciplina de Sociologia no Ensino Médio

Ferreira, Ricardo Bruno da Silva ¹

Ferreira, Flávia Mendes ²

RESUMO

Este artigo analisa os conteúdos alusivos à área de Ciência Política no âmbito da disciplina de Sociologia na matriz curricular do Ensino Médio no que se refere à produção de material didático, notadamente, a partir das mudanças oriundas da Reforma do Ensino Médio e da BNCC. Argumenta-se que a despeito da presença contínua da Ciência Política como componente curricular estruturante da disciplina de Sociologia, os conteúdos da referida área são apresentados de modo interdisciplinar e permeados por um viés sociológico, o que pode diluir a especificidade dos conceitos políticos. A metodologia empregada no artigo consiste tanto na revisão bibliográfica relativa ao Ensino de Ciência Política, como na realização de uma análise crítica a respeito de um material didático aprovado pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático de 2021. Os resultados indicam que, embora os livros didáticos tenham como proposta a interdisciplinaridade, a divisão dos conteúdos por disciplina permanece.

Palavras-chave: ensino de Ciências Sociais; ensino de Ciência Política; interdisciplinaridade.

Connecting knowledge: the interdisciplinarity of Political Science concepts in the discipline of Sociology in High School

ABSTRACT

This article examines the content related to Political Science within the Sociology discipline in high school, focusing on the production of educational materials, particularly in light of the changes brought about by the High School

¹ Universidade Federal Fluminense. Professor Adjunto de Ciência Política e Ensino do Departamento de Ciências Sociais de Campos, do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense (COC/ESR/UFF). Email: ricardobruno2004@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9199448333883628>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8317-3470>.

² Universidade Federal Fluminense. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense. Professora de Sociologia na FAETEC e SEEDUC/RJ. Email: flamendes.ferreira@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5931971441443946>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9992-1066>.

Reform and the BNCC. It argues that, despite the continuous presence of Political Science as a structuring component of the Sociology discipline, the content from this area is presented in an interdisciplinary manner and is influenced by a sociological bias, which may dilute the specificity of political concepts. The methodology used in this study includes both a bibliographic review concerning the teaching of Political Science and a critical analysis of educational material approved by Programa Nacional do Livro e do Material Didático in 2021. The results indicate that, although textbooks aim for interdisciplinarity, the division of content by discipline remains intact.

Keywords: Social Sciences education; Political Science education; interdisciplinarity.

Conectando Saberes: la interdisciplinariedad de los conceptos de Ciencia Política en la disciplina de Sociología en la Educación Media

RESUMEN

Este artículo analiza los contenidos relacionados con Ciencia Política dentro de la disciplina de Sociología en la currícula de la Educación Media, con especial énfasis en la producción de material didáctico, especialmente a partir de los cambios derivados de la Reforma de la Educación Media y la BNCC. Se argumenta que, a pesar de la presencia continua de la Ciencia Política como componente estructurante de la disciplina de Sociología, los contenidos de esta área se presentan de manera interdisciplinaria y están impregnados de un sesgo sociológico, lo que puede diluir la especificidad de los conceptos políticos. La metodología empleada en el artículo incluye tanto una revisión bibliográfica sobre la enseñanza de Ciencia Política como una análisis crítica de un material didáctico aprobado por el PNLD de 2021. Los resultados indican que, aunque los libros de texto tienen como propuesta la interdisciplinariedad, la división de los contenidos por disciplina se mantiene.

Palabras clave: enseñanza de Ciencias Sociales; enseñanza de Ciencia Política; interdisciplinariedad.

INTRODUÇÃO

A Reforma do Ensino Médio trouxe significativas mudanças na matriz curricular desde a sua aprovação pelo Congresso Nacional impactando na forma com que diversas disciplinas, dentre as quais a Sociologia, passaram a ser abordadas no sistema educacional brasileiro. No que concerne especificamente à Sociologia, disciplina tornada obrigatória a partir da lei nº 11.684/2008, os conteúdos programáticos ofertados no Ensino Médio

perpassam as três áreas-tronco das Ciências Sociais, isto é, a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política. Inserida na disciplina de Sociologia, os conceitos e categorias analíticas da Ciência Política se revestiram de uma abordagem interdisciplinar entrelaçando-se com outras áreas do conhecimento, como a Antropologia e a Sociologia. Este artigo se propõe a investigar de que modo os conteúdos alusivos à Ciência Política estão inseridos no currículo do novo Ensino Médio tomando como eixo de análise a produção de material didático na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

O argumento defendido pelo presente artigo consiste na defesa de que os conteúdos de Ciência Política, no âmbito da disciplina de Sociologia, no Ensino Médio do Brasil, têm como característica principal a interdisciplinaridade e são marcados por um viés sociológico.

A estrutura do artigo se divide basicamente em duas seções. A primeira seção aborda a questão da interdisciplinaridade no subcampo da Ciência Política no interior da disciplina de Sociologia a partir de uma revisão bibliográfica. Nesta seção, procede-se a uma análise histórica e crítica acerca do ensino de Ciência Política no Brasil tomando como ponto de partida o processo de institucionalização da Ciência Política enquanto campo de saber acadêmico a partir de meados da década de 1960. Em seguida, discute-se a trajetória do ensino de Ciência Política no Ensino Médio focando na obrigatoriedade da disciplina de Sociologia e suas implicações no currículo. Este exame permite compreender a trajetória, a relevância e os desafios enfrentados na incorporação dos conteúdos programáticos da Ciência Política no currículo escolar. Já na segunda seção, o artigo se direciona para a análise crítica de um livro didático concernente ao subcampo da Ciência Política, na disciplina de Sociologia, no novo Ensino Médio. Argumenta-se no presente trabalho que a despeito da presença contínua da Ciência Política como componente estruturante da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, os seus conteúdos são frequentemente apresentados de modo interdisciplinar diluindo a especificidade dos seus conteúdos. A revisão bibliográfica e a análise crítica dos materiais didáticos possibilitam evidenciar o viés interdisciplinar e contribuir para uma compreensão mais ampla sobre o ensino de Ciência Política no Brasil.

A interdisciplinaridade da Ciência Política na disciplina de Sociologia



Antes de nos aprofundarmos na questão da interdisciplinaridade dos conceitos e categorias analíticas da Ciência Política no que compete à disciplina de Sociologia no Ensino Médio, é fundamental tecer algumas considerações gerais a respeito do conceito de interdisciplinaridade. Nesse sentido, trilhamos a proposta de pensar a interdisciplinaridade tomando como referencial teórico à perspectiva de Frigotto (2008), que concebe tal categoria enquanto objeto das Ciências Sociais. Em seu modo de ver, a interdisciplinaridade se erige tanto como uma necessidade - que se impõe historicamente como algo imperativo - e como problema - que se apresenta como algo que precisa ser desvendado. Por mais que a interdisciplinaridade seja comumente concebida como um método de investigação ou como uma técnica didática, Frigotto recolocou a dimensão da interdisciplinaridade em novos termos, isto é, como uma necessidade e como um problema que se impõem, seja no plano material histórico-cultural, seja no plano epistemológico. A abordagem interdisciplinar surge como uma necessidade na produção e na socialização do conhecimento nas Ciências Sociais e no campo educacional. A interdisciplinaridade não deriva de uma espécie de arbitrariedade racional e abstrata, mas provém do próprio homem, concebido como ser social e como sujeito e objeto do conhecimento social.

A necessidade da interdisciplinaridade na produção do conhecimento baseia-se na natureza dialética da realidade social, que é simultaneamente una e diversa, e na sua dimensão intersubjetiva (Frigotto, 2008, p. 43-44). Esse caráter dual da realidade social demanda que se distingam os limites reais tanto dos sujeitos investigativos quanto dos objetos de análise. A delimitação de um objeto de investigação não redundando em fragmentação ou limitação arbitrária. Ao se definir um problema específico, o cientista social não deve desconsiderar suas múltiplas dimensões constitutivas. Mesmo um fenômeno específico mantém sua conexão com a totalidade da qual integra. Por sua vez, a interdisciplinaridade se apresenta como problema em razão dos limites do sujeito que constrói o conhecimento acerca da realidade. Importante ressaltar que tal realidade se caracteriza pela complexidade devendo ser compreendida a partir de uma perspectiva histórica. Outra dificuldade que se coloca consiste no modo específico pelo qual o homem (re)produz a vida de forma fragmentada e alienada no âmbito da sociedade capitalista.

Considerando como a interdisciplinaridade se relaciona com a produção do conhecimento e se relaciona com a prática educativa, deve-se atentar que a trajetória de implementação da Ciência Política no sistema educacional brasileiro segue um caminho relativamente distinto da Sociologia, gestada em um contexto histórico, político, social e educacional específico. Se a Ciência Política, entendida enquanto área de saber acadêmico, adquire contornos



institucionais no cenário nacional somente na década de 1960, o entendimento da referida área como um saber escolar é algo mais recente, cuja datação remonta ao processo de discussão do retorno da disciplina de Sociologia aos bancos escolares no início dos anos 2000 e a sua consequente implementação a partir da lei nº 11.684/2008. Por sua vez, o quadro histórico de introdução da Sociologia no mundo escolar remonta à consecução da Reforma Francisco Campos nos anos 1930 e à produção dos primeiros manuais de Sociologia no período correspondente. Longe de ser caracterizada pela linearidade, a trajetória da Sociologia escolar se deu historicamente de modo intermitente marcada por períodos de descontinuidade no currículo da educação básica.

Quanto ao processo de institucionalização da Ciência Política no Brasil, Forjaz (1997) argumentou que a constituição da Ciência Política como disciplina acadêmica no Brasil ocorre de forma orgânica a partir de meados da década de 1960 tomando como eixo o grupo mineiro-carioca, particularmente, com as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP-UFMG). Para a autora, essas instituições desempenharam um papel pioneiro no desenvolvimento e na consolidação da Ciência Política no país, sendo, respectivamente, lideradas por Wanderley Guilherme dos Santos e Fabio Wanderley Reis.

Em uma época caracterizada pelo recrudescimento da ditadura militar, os intelectuais vinculados às duas instituições de pesquisa foram influenciados por um referencial teórico e metodológico estadunidense, diferenciando-os dos fundadores da Sociologia, que foram mais receptivos à tradição europeia, notadamente, alemã e francesa. Alguns fatores contribuíram de modo decisivo para moldar o perfil acadêmico da Ciência Política no país, com destaque para a) o intercâmbio interinstitucional entre o IUPERJ e o DCP favorecendo a troca de ideias e a vinda de intelectuais mineiros para o Rio de Janeiro; b) atuação de agências nacionais e internacionais no fomento a pesquisas, em particular, o aporte financeiro realizado pela Fundação Ford; e c) a profissionalização e a internacionalização da área, o que possibilitou o contato com diferentes concepções teóricas e metodológicas de sistemas universitários mais profissionalizados. Por mais heterogêneas que tenham sido os problemas e as questões de pesquisa na fase de formação da Ciência Política, o cenário político autoritário urgia por respostas centradas na preeminência do Estado, em contraste com o paradigma teórico marxista, predominante nas Ciências Sociais brasileiras graças à hegemonia intelectual da Escola Sociológica Paulista.

Se como observou criticamente Forjaz (1997, p. 5), o financiamento da Fundação Ford contribuiu de forma decisiva na implantação de uma Ciência

Política de orientação estadunidense, os efeitos práticos, na realidade, são menos óbvios. Não obstante, não se pode conceber a Ciência Política praticada no Brasil como uma espécie de clonagem do modelo estadunidense, “ainda que uma cultura disciplinar fortemente influenciada por uma inclinação positivista e um forte apego ao ‘rigor metodológico’ tenha se mantido como legado perene e constitutivo da nova identidade” (Lessa, 2010, p. 16-17). Seguindo uma abordagem construtivista, Renato Lessa analisa a gênese e a morfologia da Ciência Política no Brasil considerando uma tradição intelectual progressista, ou como adverte, o “tempo próprio da ciência política brasileira pode, portanto, inscrever-se em uma temporalidade mais ampla, que a antecede e excede” (Lessa, 2010, p. 7). Antes mesmo de um campo de conhecimento autônomo, já havia no Brasil uma longa tradição intelectual de reflexão política que remete a autores do século XIX, dedicados a pensar a respeito do processo de fundação e constituição do Estado nacional. Por conseguinte, a constituição da Ciência Política no Brasil é descrita como um longo percurso que teve como ponto de partida a reflexão política de intelectuais isolados dos oitocentos e que culminou com a modernização do sistema universitário no país durante o regime militar. Na prática, a Ciência Política se institucionalizou no período circunscrito entre meados da década de 1960 e o início da década de 1980.

Em recente artigo, Maria do Socorro Braga (2022) se debruça sobre o processo de institucionalização da Ciência Política no Brasil ressaltando aspectos que remetem a sua constituição e desenvolvimento ao longo do século XX. Para tanto, a autora descreve a expansão geográfica da Ciência Política em território nacional, além de avaliar o desenvolvimento desproporcional das subáreas temáticas a partir de dados extraídos de programas de pós-graduação e de periódicos científicos. O artigo se volta para o estudo da gênese e da trajetória institucional da Ciência Política no Brasil apontando para os fatores endógenos e exógenos que afetam na formação e no desenvolvimento da área³. Braga (2022) sustenta que estes fatores teriam

³ Dentre os elementos exógenos citados por Braga (2022, p. 148-149) estão "(a) o contexto político e socioeconômico marcado por processos de rupturas e transição de regimes; (b) o papel de instituições e agências de fomento, tais como Fundação Ford, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); e (c) a inserção no sistema público e, em menor medida, no privado". Já os elementos endógenos, cabe destaque "(a) a constituição da área ocorrer a partir da pós-graduação, altamente concentrada na região sudeste (eixo SP-RJ-MG), ainda que desde o início tenha sido marcada por pluralidade de tradições acadêmicas (TRINDADE, 2007); (b) o modelo de organização do conhecimento da área e a fragmentação em subáreas; (c) criação de periódicos especializados por Institutos, Programas e Centros de Pesquisa; (d) a organização de uma entidade científica própria com a criação e refundação da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP); e (e) a constituição do Fórum de Pós-Graduação em



influenciado tanto na formação quanto na trajetória da Ciência Política enquanto comunidade epistêmica, além de impactarem em certas características institucionais, como no pluralismo nas formas de fazer política e no estabelecimento de organizações acadêmicas voltadas para a profissionalização da área.

Um aspecto importante enfatizado por Braga (2022) consiste no fato de que a Ciência Política no Brasil se desenvolveu a partir dos programas de pós-graduação, o que denota a sua singularidade quando comparada às demais áreas das Ciências Sociais. Por sua vez, o desenvolvimento da Ciência Política a partir da pós-graduação trouxe algumas vantagens, como uma maior flexibilidade organizativa e uma formação profissional mais diversificada. Chama atenção a importância das políticas governamentais para a estruturação de um sistema nacional de pós-graduação, notadamente, na área de Ciência Política, em um período caracterizado tanto pela modernização universitária como pela repressão política⁴. Segundo Braga (2022, p. 151), a ampliação no número de programas de pós-graduação em Ciência Política transcorreu lentamente nas décadas seguintes à criação do primeiro curso de mestrado (DCP-UFMG), o que impactou na evolução da área. De modo concreto, um crescimento mais robusto ocorreu somente nas duas primeiras décadas do século XXI. Atualmente, o campo da Ciência Política apresenta uma configuração balizada por subáreas autônomas e concorrentes, além de prevalecer uma pluralidade teórica e metodológica.

Desde a constituição da Ciência Política enquanto campo científico, a questão da relação com as demais áreas das Ciências Sociais estava presente no debate acadêmico. Buscando demarcar o lugar ocupado pela Ciência Política e ao mesmo tempo diferenciá-la de outros domínios das Ciências Sociais, Duverger (1976) utilizou algumas categorias metafóricas para expressar tal relação em obra propedêutica. Importante destacar que Duverger compreende a Ciência Política a partir de três dimensões não autoexcludentes e complementares: a Ciência Política como ciência-encruzilhada, ciência residual e ciência de síntese. Duverger concluiu que a Ciência Política é simultaneamente uma ciência-encruzilhada, uma ciência residual e uma ciência de síntese⁵. Este ponto em particular possui a sua importância visto que a

Ciência Política".

⁴ Cf. FÁVERO, M. DE L. DE A.. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, n. 28, p. 17–36, jul. 2006.

⁵ A relação da Ciência Política com as demais áreas das Ciências Sociais foi concebida por Maurice Duverger (1976) a partir das expressões *ciência-encruzilhada*, *ciência-residual* e *ciência-síntese*. Nas primeiras décadas do século XX, a comunidade acadêmica costumava se valer da denominação Ciências Políticas no Plural, e não no singular. Esta expressão implica na ideia de que a mesma não era tratada como campo de conhecimento autônomo. Não haveria assim um domínio específico de estudo da Ciência Política, pois cada ciência social



Ciência Política desde a sua origem se desenvolveu de modo relacional, mas sem perder a sua especificidade enquanto campo de conhecimento, com outros domínios das Ciências Sociais.

A inserção da Ciência Política como componente obrigatório no currículo da educação básica possui origem mais recente e está atrelada à disciplina de Sociologia. Apesar da presença no currículo do Ensino Médio, o ensino de Ciência Política é desconsiderado por parte considerável da população brasileira, sendo, inclusive, um objeto de pesquisa pouco explorado por estudiosos do campo. De um modo geral, os conceitos e categorias analíticas relativos à área de Ciência Política são ministrados no âmbito da disciplina de Sociologia de forma entrelaçada a conteúdos de Sociologia e de Antropologia.

Diante de uma sociedade que possui uma visão limitada a respeito da importância da política na promoção da cidadania, as possibilidades proporcionadas pelo ensino de Ciência Política na educação básica vão além do conhecimento propriamente dito sobre os atores políticos e as esferas de poder ao capacitar os estudantes a pensarem a política de forma crítica, participativa e atrelada à realidade social. Bodart, Macedo e Peixoto (2022, p. 7) destacaram o desafio e a contribuição pedagógica da Ciência Política na matriz curricular:

O desafio do ensino de Ciência Política é valorizar o conhecimento da política, de suas instâncias de poder, dos atores políticos, bem como das teorias políticas clássicas e contemporâneas que os estruturam, de modo a aproximá-los da realidade vivida pelos(as) estudantes. A contribuição pedagógica do ensino de Ciência Política está, precisamente, na sua possibilidade de capacitar os(as) estudantes a uma leitura crítica das relações políticas e seus assuntos correlatos, com o objetivo final de qualificar sua participação na sociedade, de forma ativa e crítica.

A importância do ensino de Ciência Política na educação básica decorre da sua capacidade em contribuir para o exercício da cidadania, além de fornecer elementos teóricos para compreensão da política institucional e das

estudava uma parte específica do problema político, como a Sociologia Política ou a Psicologia Política. A Ciência Política seria uma espécie de “encruzilhada” dos demais ramos políticos das Ciências Sociais. Já a ciência-residual decorre de alguns temas terem sido negligenciados por especialistas de outras áreas das Ciências Sociais, como grupos de pressão, partidos políticos, sistema eleitoral, instituições do Estado, dentre outros. A Ciência Política seria limitada a este resíduo relegado pelas outras Ciências Sociais. Por sua vez, na ciência-síntese, a Ciência Política teria como objetivo principal generalizar e sistematizar os resultados alcançados pelas demais Ciências Sociais, no domínio particular, do poder ou do Estado.

relações de poder. Bodart, Macedo e Peixoto (2022, p. 7-8) consideram que a educação básica seria "o espaço mais promissor para a popularização de conhecimentos introdutórios da área" por dois fatores: a) parcela expressiva da população passa pela escola; e b) o licenciado em Ciências Sociais possui uma formação adequada para a introdução de conceitos básicos de Ciência Política. Ademais, os autores destacam a relevância de tornar tal conhecimento acessível ao grande público de modo a mitigar percepções equivocadas e estereotipadas a respeito da política.

No currículo do Ensino Médio, os conteúdos relativos à Ciência Política aparecem dentro da disciplina de Sociologia. Por meio de um processo de transposição didática, os estudantes aprendem uma variedade de temas, como o poder político, o Estado, a divisão dos poderes, a cidadania, os direitos humanos, os movimentos sociais, os partidos políticos, as formas de governo, a participação política, além de refletir a respeito da correlação de forças no Congresso Nacional e das limitações que marcam o presidencialismo de coalizão. Como parte integrante de uma disciplina escolar, os conteúdos de Ciência Política são transmitidos por meio dos livros didáticos a partir de uma linguagem acessível e propedêutica.

Baseando-se na análise de livros didáticos, Pereira (2015) refletiu sobre a presença da Ciência Política como componente curricular estruturante da disciplina de Sociologia no Ensino Médio. De acordo com o autor, não haveria a necessidade de criação de uma disciplina voltada exclusivamente para a Ciência Política uma vez que a Sociologia escolar abarca conteúdos relativos a esta área de conhecimento⁶. Por outro lado, Pereira não desconsiderou a possibilidade da abertura de cursos de licenciatura em Ciência Política visando à oferta de uma disciplina específica no Ensino Médio.

Pereira (2015, p. 75) buscou problematizar o processo de institucionalização do ensino de Ciência Política no Ensino Médio a partir do histórico de lutas em prol da sua inserção. No sentido apresentado pelo autor, a Ciência Política se erige como um campo heterônimo, isto é, marcado por disputas disciplinares, bem como pela lógica da interdisciplinaridade. Essa

⁶ Em 2010, o deputado federal Ronaldo Caiado (DEM-GO) apresentou um projeto de lei prevendo a obrigatoriedade da Ciência Política como disciplina obrigatória no currículo do Ensino Médio nacional sob o argumento de que as disciplinas de Sociologia e Filosofia, instituídas por meio da Lei nº 11.684/2008, não abarcavam de forma satisfatória "algumas noções imprescindíveis para a compreensão da realidade política brasileira presentes na área de estudo da Ciência Política". Após a tramitação, a referida proposta parlamentar acabou sendo rejeitada em 2012. Dentre os conteúdos propostos pelo deputado estariam temas gerais, de enfoque institucional e descritivo, com pouca ênfase na análise crítica dos fenômenos políticos.

dimensão heterônoma se verifica na multiplicidade de métodos e nas inúmeras possibilidades de pesquisa.

O percurso da Ciência Política no Ensino Médio deve ser pensado a partir da relação com outras áreas de conhecimento tendo em vista a sua busca por legitimidade na matriz curricular. Para tal, torna-se necessário entender as ações, interesses, necessidades e dinâmicas que caracterizam a produção da Ciência Política no Brasil. No entendimento de Pereira (2015, p. 76), este processo de institucionalização abarca não apenas o esforço de cientistas políticos, incluindo profissionais de outras áreas, mas também de sindicatos e associações de professores. Amparando-se nos conceitos de processo (Norbert Elias) e de heteronomia (Bourdieu), Pereira entende que o processo de implementação da Ciência Política no Ensino Médio seguiu um viés heterônomo, cujas origens perpassam outras áreas de conhecimento de um modo não hierárquico. Entendido como um campo de lutas, o lugar da Ciência Política no Ensino Médio se constitui a partir do quadro relacional com outras disciplinas. Os conteúdos políticos, ou melhor dizendo, os conhecimentos propriamente da Ciência Política, se confrontaram, durante o processo de discussão e implementação, com temas de áreas afins.

Antes mesmo da sanção da lei nº 11.684/08, a presença da Ciência Política na matriz curricular se ampara em uma legislação educacional em desenvolvimento. Ainda no ano de 2000, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) definiram que os conteúdos relativos à Ciência Política deveriam ser ensinados no Ensino Médio. Já em 2006, as Organizações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM) incluíram os conteúdos de Ciência Política como parte estruturante da disciplina de Sociologia.

Desde a edição de 2012, quando houve a inclusão da Sociologia no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), os livros didáticos referentes à disciplina de Sociologia abarcavam conteúdos de Ciência Política, além de Antropologia e Sociologia. Ao examinar os conteúdos das obras aprovadas na edição de 2015 do PNLD, Magalhães (2018) constatou a presença da Ciência Política em uma variedade de temáticas.

Em meio a um contexto educacional balizado por uma série de transformações curriculares, torna-se fundamental a realização de pesquisas que versem sobre a presença da Ciência Política nos materiais didáticos. Voltando-se para análise dos currículos estaduais, Bodart e Lopes (2017) realizaram um mapeamento de temas característicos da Ciência Política antes da implementação da Reforma do Ensino Médio, como se verifica na tabela a seguir:

Tabela 1 – Presença de temas comuns à Ciência Política, nas propostas curriculares estaduais de Sociologia para o Ensino Médio em vigor, em 2017.

Temas de Ciência Política	Estados brasileiros																				Freq.				
	AC	AL	AP	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MT	MS	MG	PR	PB	PI	RJ	RS	RO	SC	SE		SP	TO	RR	
Autoridade/autoritarismo	x					x												x	x						4
Cidadania		x	x	x	x	x		x	x	x				x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	19
Controle Social												x						x							2
Contrato Social	x																						x		3
Democracia	x	x	x	x	x			x	x		x			x			x	x	x	x	x	x			15
Eleições/voto	x			x			x														x	x		x	6
Esferas de part. política	x			x	x	x	x					x		x							x	x		x	12
Estado	x		x	x	x	x	x		x	x	x			x			x	x	x	x	x	x		x	18
Socied./relações Política	x		x	x								x		x											5
Formas/sist. Governo	x		x								x			x				x	x		x	x			9
Movimentos Sociais	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	21
ONGs	x			x																	x				3
Partidos Políticos	x			x			x											x	x	x		x	x		8
Poder	x			x	x	x	x			x	x	x	x	x				x	x	x	x		x	x	18
Regimes Políticos	x			x							x							x							5
Sociedade Civil	x		x				x	x																	4
Total	14	3	7	11	6	6	7	8	4	4	7	4	3	8	1	8	10	7	6	10	9	3	6	152	

Fonte: Bodart e Lopes (2017).

Segundo Bodart, Macedo e Peixoto (2022, p. 11-12), o processo de implementação da Reforma do Ensino Médio ocorreu por meio de mudanças nos currículos estaduais a partir de alguns documentos norteadores, especificamente, a BNCC, o novo PNLD e a Resolução nº 02/2019 do CNE. A despeito das reformulações decorrentes da Reforma do Ensino Médio, assegurando a obrigatoriedade de estudos e práticas em Sociologia, o que se constata é a permanência da Ciência Política como conteúdo presente nas salas de aulas.

Interessante notar que a partir da implementação da Reforma do Ensino Médio, os novos livros didáticos tomam como base uma abordagem fundamentalmente interdisciplinar. Ao comparar os conteúdos de Ciência Política em um livro didático do PNLD-2018 com outro do PNLD-2021, Bodart (2022) conclui que os conteúdos programáticos de Ciência Política se mantiveram quase sem nenhuma alteração.

Por sua vez, Bodart, Macedo e Peixoto (2022) defenderam a necessidade de investimento em abordagens específicas da área visando a demarcação do conhecimento em Ciência Política tendo em vista a existência de conceitos rotinizados no interior da disciplina de Sociologia. Os autores consideram essencial a construção de um campo de pesquisa em ensino de Ciência Política de modo a explorar tanto questões teóricas, como a análise de materiais didáticos, além da reflexão sobre novas práticas educativas:

Construir um campo de reflexão do ensino de Ciência Política, que nos permite explorar tantos temas clássicos e

contemporâneos quanto a parte teórica e institucional, por meio de materiais didáticos e experiências pedagógicas inovadoras, é um dos caminhos sugeridos nas contribuições para este dossiê. Esse olhar mais focado sobre os conteúdos e o currículo representa uma ação importante para que o ensino de Sociologia escolar (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) não se perca nas obras didáticas, especialmente se nas próximas seleções do PNLD os livros didáticos se mantiverem estruturados por áreas de conhecimento, como definido no edital do PNLD-2021 (Bodart; Macedo; Peixoto, 2022, p. 12).

Conforme analisado por Magalhães (2018), ainda que haja uma constância na presença da Ciência Política na educação básica, o número de pesquisas voltadas para o ensino de Ciência Política é limitado quando comparado às demais áreas das Ciências Sociais. Em certa medida, o cenário permanece quase inalterado após a implementação da Reforma do Ensino Médio.

De acordo com Bodart, Macedo e Peixoto (2022, p. 13), o ensino de Ciência Política seria fundado em alguns objetivos gerais, como a promoção de valores democráticos, o engajamento cívico, o respeito à vida em coletividade, a conscientização acerca da importância dos direitos humanos e o aprimoramento de práticas voltadas à construção da cidadania. Um dos objetivos do ensino de Ciência Política, no interior da disciplina de Sociologia, consiste na educação política dos jovens estudantes, seja na análise crítica dos fenômenos políticos, como no conhecimento dos aspectos procedimentais da política. Estruturado a partir da disciplina de Sociologia, o ensino de Ciência Política pode contribuir com o sistema educacional brasileiro, que se configurou a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Os objetivos da Ciência Política na educação básica seriam a promoção da cidadania, a valorização da tolerância e o respeito à diversidade de ideias.

A Reforma do Ensino Médio e nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reformularam de modo substancial a estrutura e os conteúdos das disciplinas da matriz curricular do Ensino Médio, o que inclui a disciplina de Sociologia. A partir deste novo contexto, a Ciência Política desponta como um componente curricular imprescindível ainda que lecionada de modo integrado e com um viés interdisciplinar. Ao estabelecer as competências e habilidades para a grande área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a BNCC possibilita uma inserção da Ciência Política na formação crítica dos estudantes do Ensino Médio. Não obstante, deve-se ter em mente que os conceitos e categorias analíticas da Ciência Política têm sido abordados a partir de uma perspectiva sociológica, sendo desconsiderada em certas situações a

contribuição teórica dos cientistas políticos em detrimento de conceituações realizadas por outros cientistas sociais. Por sua vez, esta abordagem interdisciplinar no que tange à Sociologia escolar permite uma visão mais abrangente e contextualizada dos fenômenos políticos ao relacioná-los a fatores de ordem cultural, social e econômica.

De um modo geral, temas considerados clássicos da Ciência Política (como democracia, cidadania, direitos humanos e elites políticas) são tratados no âmbito da disciplina de Sociologia tendo como objetivo principal desenvolver o senso crítico dos alunos e fomentar a participação cidadã. O tratamento interdisciplinar promovido pela BNCC reforça a importância de pensar as dinâmicas políticas como parte indissociável da vida social promovendo uma perspectiva holística dos processos políticos e sociais. Apesar da presença contínua da Ciência Política no currículo do Ensino Médio, observa-se que a abordagem sociológica e interdisciplinar predomina na leitura de questões políticas, como pode ser atestado a partir da análise de materiais didáticos voltados à Sociologia escolar. Conclui-se que a nova estrutura curricular, instituída por meio da Lei nº 13.415/2017, preserva a importância da Ciência Política na educação básica ao passo que contribui para uma abordagem interdisciplinar ao promover a formação crítica e cidadã dos estudantes.

A questão da interdisciplinaridade da Ciência Política a partir da análise crítica de um livro didático

A inserção da Sociologia no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) foi de considerável relevância para a inserção da disciplina na educação básica após várias décadas de ausência no currículo escolar. No entanto, o processo de consolidação do ensino de Sociologia na educação básica foi atravessado recentemente pelas mudanças oriundas da reforma do Ensino Médio, assim como os conteúdos presentes na Base Nacional Comum Curricular. A Reforma do Ensino Médio (lei nº 13.415/2017) se baseava no argumento de que o Ensino Médio não atendia às novas demandas do mercado de trabalho e estava desconectada da realidade dos jovens, sendo um dos inúmeros problemas desta etapa, a enorme evasão escolar.

Em recente artigo, Monica Ribeiro da Silva et. al (2023) trazem inúmeros dados sobre o Ensino Médio e as desigualdades sociais e escolares como, por exemplo, a ampliação, que ocorreu desde a década de 1990, no número de alunos matriculados no Ensino Médio. Em 1991, a taxa líquida era de 25%. Já em 2004 chegou a 48,4%; a partir deste ano houve a diminuição do número de matrículas, sobretudo, de pessoas com 18 anos ou mais. Ocorreu o crescimento do número de matrículas entre os jovens de 15 e 17 anos,



reforçada pela Emenda Constitucional nº 59/2009, que tornou obrigatória a inclusão escolar dessa faixa etária. Em 2019 – dez anos após a emenda EC nº 59/2009 – a taxa líquida de matrícula era de 71,1%. O que Silva et. al. (2023) afirmam sobre esses dados, é que parte considerável dos jovens dessa faixa etária mantinha-se ainda no Ensino Fundamental ou totalmente fora da escola. Dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2019 mostravam que 7,6% das pessoas entre 15 e 17 anos encontravam-se totalmente excluídas do sistema escolar. Neste mesmo ano, o número de matrículas no Ensino Médio estava concentrado nas redes públicas estaduais com 83,9%, a rede privada tinha 12,5% das matrículas e a rede federal 3%.

Embora nas últimas décadas, o Brasil tenha conseguido aumentar o acesso à educação básica, dados recentes mostram que as desigualdades de classe, raça e gênero afetam a permanência na escola. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) de 2019 atestam que a taxa de conclusão do Ensino Médio é de 76,8% entre brancos, mas entre negros e pardos cai para 61,8%. Assim como o número médio de anos de escolaridade que era de 13,4 anos entre os 25% com maior renda e de 9,9 anos entre os que possuem renda menor. Outro problema que os dados do Inep apresentam diz respeito à evasão escolar. Em 2019, a taxa de distorção entre idade-série era de 26,2%.

Diante de um quadro marcado por inúmeras desigualdades no Ensino Médio, com índices alarmantes a respeito de como tais desigualdades interferem no acesso, na permanência e no rendimento escolar dos jovens brasileiros, a proposta de elaboração do novo Ensino Médio foi formulada durante o governo do presidente Michel Temer. Um dos argumentos era que a estrutura era rígida, com muitas disciplinas e que as escolas não correspondiam às necessidades exigidas pelo mercado de trabalho em transformação com as recentes inovações tecnológicas, além de ser pouco ou nada interessante para os jovens (Silva, 2023).

A Lei nº 13.415/2017, que alterou o Ensino Médio, estabeleceu que os currículos seriam divididos entre a Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos. A carga horária total foi ampliada para o mínimo de 3.000 horas, sendo o limite de até 1.800 horas para a Formação Geral e as demais 1.200 horas para a diversificação curricular que a lei estabeleceu em áreas de conhecimento: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais aplicadas, além do itinerário de formação técnica e profissional (Brasil, 2017). A inclusão de “e suas tecnologias” foi retomada dos enunciados presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio da década de 1990. De acordo com Silva et. al. (2023), isso reflete a necessidade de relacionar o

currículo ao mundo da produção de bens e serviços, além de incorporar a possibilidade de empregabilidade, junto com a nova disciplina de Projeto de vida, que em consonância com a BNCC, traz os valores do empreendedorismo, do desenvolvimento socioemocional e das competências cognitivas.

Além disso, o novo Ensino Médio estabeleceu apenas as disciplinas de Português, Matemática e Inglês como disciplinas obrigatórias a serem ministradas nos três anos de formação dos estudantes. Todas as demais disciplinas foram agrupadas em áreas de conhecimentos. A Sociologia foi incluída na área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas junto com Filosofia, Geografia e História. A partir de então, o PNLD passou por uma reformulação e os livros didáticos foram adaptados. Nos anos de 2012, 2015 e 2018, os livros didáticos eram disciplinares. Em 2021, os livros passaram a ser publicados por áreas de conhecimento para atender o novo formato do Ensino Médio e da BNCC.

Os conteúdos de Sociologia foram inseridos em livros que ao mesmo tempo abordam os conteúdos das disciplinas de História, Filosofia e Geografia. Não é difícil compreender o quanto este novo formato de material didático reduziu os conteúdos de cada disciplina, além de simplificar conceitos e métodos que no formato anterior poderiam ser mais aprofundados em sala de aula. No caso dos conteúdos de Ciência Política, que eram abordados na disciplina de Sociologia, estão agora pulverizados dentro dos livros de Ciências Humanas, o que aumenta a interdisciplinaridade da Ciência Política com a Sociologia.

Para análise de como o conteúdo de Ciência Política é apresentado no formato interdisciplinar de material didático do novo Ensino Médio, foi analisado o livro *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais aplicadas*, aprovado no PNLD-2021. A justificativa para a escolha deste livro se dá por dois motivos. Um deles é que os autores da obra são, em sua maioria, cientistas sociais, - diferente de outras obras selecionadas pelo PNLD-2021 - o que pode tornar a obra mais sociológica. Além disso, em sua quase totalidade, são os mesmos autores do livro didático *Sociologia em Movimento*, aprovado nos PNLDs de 2015 e 2018. A segunda justificativa para a escolha do livro *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais aplicadas* é que se trata de um livro adotado pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC/ RJ), que anteriormente adotava o livro *Sociologia em Movimento*, dos mesmos autores.

A obra *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais aplicadas* é composta por seis volumes: Poder e política; Sociedade, política e cultura; Trabalho, ciência e tecnologia; Conflitos e desigualdades; Natureza em transformação; Globalização, emancipação e cidadania. Cinco volumes

possuem 160 páginas e um volume possui 152 páginas, sendo um total de 952 páginas desconsiderando o suplemento para o professor.

Metodologicamente, realizou-se uma análise de conteúdo dos seis volumes que compõem o livro *Moderna Plus: Ciências humanas e sociais aplicadas*, focando nos conteúdos de Ciência Política selecionados para a obra. Sendo um livro interdisciplinar, que abrange conteúdos que antes eram separadamente trabalhados em quatro distintas disciplinas, houve uma redução do conteúdo para atender a demandas do currículo. Além disso, a carga horária de todas as disciplinas obrigatórias foi reduzida para aumentar a carga horária dos itinerários formativos, que cada escola deve oferecer, conforme as diretrizes do novo Ensino Médio.

A análise levou em consideração os conceitos e categorias presentes em cada capítulo. Assim, foi possível identificar que embora a obra seja apresentada como interdisciplinar, a divisão de conteúdos por disciplina permanece, como também afirmou Cristiano Bodart (2022). Apresentamos a seguir a divisão de conteúdos presentes em cada volume da obra *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais aplicadas* e a área disciplinar de cada uma das quatro disciplinas de Ciências Humanas.

Quadro 1: Conteúdos do volume Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (2021) segunda a área disciplinar

Volume: Poder e política	Área disciplinar
Capítulo 1 - Conceitos fundamentais de Filosofia Política	Filosofia
Capítulo 2 - Poder, política e democracia	Sociologia (subárea: Ciência Política)
Capítulo 3 - Estados modernos: das monarquias absolutistas a império Napoleônico	História
Capítulo 4 - Revoluções liberais e teorias políticas do século XX	História
Capítulo 5 - Território e fronteiras dos Estados modernos	Geografia
Capítulo 6 – Território e fronteiras dos Estados modernos	Geografia
Volume: Globalização, emancipação e cidadania	Área disciplinar

Capítulo 1 - Atlântico: o encontro dos três mundos	História
Capítulo 2 - A emancipação política dos Estados Unidos, Haiti e países da América espanhola	História
Capítulo 3 - Economia global e trocas desiguais	Geografia
Capítulo 4 - O mundo em rede	Geografia
Capítulo 5 - Globalização e sociedade no século XX: dilemas e perspectivas	Sociologia (subárea: Ciência Política)
Capítulo 6 - O sujeito em transformação	Filosofia

Volume: Sociedade, política e cultura	Área disciplinar
Capítulo 1 - Cultura: uma trajetória humana	Sociologia (subárea: Antropologia)
Capítulo 2 - Indivíduo, sociedade e cultura	Sociologia (subárea: Sociologia)
Capítulo 3 - Migrações, sociedades multiculturais e dinâmicas populacionais	Geografia
Capítulo 4 - Brasil: diversidade cultural	Sociologia (subárea: Antropologia)
Capítulo 5 - Formação da nação brasileira: da independência à primeira república	História
Capítulo 6 - Brasil republicano e ditaduras na América Latina	História

Volume: Conflitos e desigualdades	Área disciplinar
Capítulo 1 - O mundo em conflitos	História
Capítulo 2 - Totalitarismos e Segunda Guerra Mundial	História
Capítulo 3 - Organização das Nações Unidas e os indicadores sociais	Geografia
Capítulo 4 - Conflitos regionais na ordem global	Geografia
Capítulo 5 - Violência e direitos humanos	Sociologia (subáreas: Sociologia e Ciência Política)
Capítulo 6 - Desigualdade racial, racismo e políticas afirmativas na cidade contemporânea	Sociologia (subáreas: Sociologia e Ciência Política)

Volume: Trabalho, Ciência e tecnologia	Área disciplinar
Capítulo 1 - O saber e a ação humana no mundo	Filosofia
Capítulo 2 - Mundo do trabalho e desigualdade social	Sociologia (subárea: Sociologia)
Capítulo 3 - Formas e relações de trabalho ao longo do tempo	História
Capítulo 4 - A divisão internacional do trabalho e a mão de obra global	Geografia
Capítulo 5 - O trabalho no Brasil: uma abordagem histórica	História
Capítulo 6 - Inovação tecnológica e transformações espaciais no Brasil nos XX e XXI	Geografia

Fonte: Elaboração própria, 2024.

No livro *Moderna Plus: Ciências humanas e sociais aplicadas*, o volume Poder e política é o que mais apresenta conteúdo da Ciência Política. No entanto, a forma como alguns conteúdos foram apresentados se aproxima mais da filosofia, ao trazer tópicos como “A filosofia política na antiguidade: o cidadão da pólis” e trazer subtópicos sobre Atenas no período clássico, Sócrates, Platão, Aristóteles e o conceito grego de bom governo. Neste mesmo volume, o capítulo intitulado “Conceitos fundamentais de filosofia política” apresenta o significado do conceito de política a partir da seguinte apresentação:

A política é um assunto que cada vez mais pessoas julgam conhecer bem, por isso é comum ver quem se sinta apto a falar sobre esse tema. No entanto, nem sempre suas ideias têm consistência, porque às vezes falta repertório de conceitos que possibilite pensar criticamente a atividade política, blindando-a até mesmo em relação às *fake news*. Neste capítulo, vamos tratar de conceitos políticos fundamentais cunhados tanto na Antiguidade quanto na Idade Moderna. Vamos abordar ainda a repercussão dessas ideias na contemporaneidade e discutir a crise de representatividade política (Braick, et. al., 2021).

Apesar da divisão de conteúdos entre as disciplinas de Filosofia e Sociologia, no caso dos conteúdos de Ciência Política, o capítulo apresenta para os alunos do Ensino Médio os pensadores clássicos da Teoria Política, como Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau. Na sessão “Para ler”, a obra indica o livro, de autoria de Luiz Roberto Salinas Fortes, intitulado “Rousseau: o bom selvagem” e traça uma breve apresentação da obra sobre os principais conceitos do filósofo. Na sessão “Para assistir”, a recomendação é do filme “Leviatã”, de direção de Andrey Zvyagintsev.

Este volume ainda apresenta os temas: Poder, política, partidos políticos, Estado e democracia. Além dos clássicos da Teoria Política, são mobilizados autores como Max Weber, John Keynes, Friedrich Hayek, Milton Friedman, Boaventura de Sousa Santos, Stuart Mill, Benjamin Constant, Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci, Robert Dahl, Joseph Shumpeter, Crawford Brough Macpherson.

No volume “Sociedade, política e cultura”, dois capítulos – capítulo 5: formação da nação brasileira e o capítulo 6: Brasil republicano e ditaduras na América Latina – receberam o viés histórico, mas poderiam ser apresentados aos alunos do Ensino Médio com a perspectiva da Ciência Política, uma vez que a Teoria Política brasileira se debruça sobre tais acontecimentos da política e da formação do Estado brasileiro.

O volume “Globalização, emancipação e cidadania” tem capítulos das quatro disciplinas de Ciências Humanas, sendo o capítulo 5 intitulado “Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas” um diálogo entre a Sociologia e a Ciência Política. O tópico “Cidadania e direitos humanos” apresenta os temas cidadania e direitos humanos, democracia e direitos humanos no Brasil e movimentos sociais. Importante ressaltar que o capítulo destaca a importância dos movimentos sociais dando protagonismo à juventude ao incluir um tópico sobre o movimento estudantil. Também apresenta o movimento feminista e fotos de autoras feministas, como Bertha Lutz, brasileira que foi uma das responsáveis pela institucionalização do voto feminino, e a alemã Clara Zetkin. O capítulo indica o filme “As sufragistas” (direção Sarah Gavron, 2015). Outros movimentos abordados no capítulo em subtópicos são o movimento LGBTQI+, o movimento negro e o movimento indígena.

Este mesmo capítulo mobiliza uma série de autores da Ciência Política e da Sociologia Política, como Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lênin, Manuel Castells e Alain Touraine. Outros autores citados são o antropólogo argentino Nestor García Canclini e o geógrafo brasileiro Milton Santos. O

capítulo indica para leitura o livro *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros* de Maria da Glória Gohn.

Da maneira como os volumes foram organizados, é possível perceber que a obra uniu outros livros da mesma editora quando a organização do currículo do Ensino Médio ainda era separada por disciplinas. Cristiano Bodart (2022) compara o novo e o antigo livro da editora Moderna, respectivamente *Moderna Plus: Ciências humanas e sociais aplicadas* e *Sociologia em Movimento* e observa que conteúdos inteiros do antigo livro de Sociologia estão presentes no novo livro, com repetição de parágrafos e sendo classificado como uma obra montada do tipo "mal integrada". A obra não pode ser classificada como interdisciplinar, já que cada capítulo se refere a um componente curricular de Ciências Humanas, como é possível observar nos quadros abaixo.

O volume "Conflitos e desigualdades" trouxe diversos conteúdos em que a Sociologia dialoga com a Ciência Política, no que podemos chamar de Sociologia Política. O capítulo 5 intitulado "Violência e direitos humanos" é apresentado do seguinte modo:

Nem sempre é fácil reconhecer a violência presente em nosso cotidiano, porque ela muitas vezes se manifesta sem o uso de força física. Problemas como a carência da população, o que gera fome e riscos à saúde, e a desigualdade enraizada na estrutura da sociedade e nas instituições do Estado são também formas de violência. Este capítulo analisa a violência em seus múltiplos aspectos, trazendo à tona o tema dos direitos humanos como forma de combater práticas violentas. (Braick; et. al 2020).

O capítulo ao apresentar tipos de violência apresenta um subtópico "Violência legítima do Estado", mas não mobiliza nenhum autor da Ciência Política e afirma sucintamente que "o Estado moderno, desde o século XVII, centralizou o poder e assumiu o controle do aparelho repressivo constituído por tribunais, polícia, prisões e exército, tornando-se o único autorizado a usar a violência legítima [...]" (Braick, et. al, 2020, p. 98). Posteriormente, o texto segue numa análise sociológica sobre a violência. Em seguida, a obra apresenta outros subtópicos classificando outros tipos de violência até chegar ao item que é título do volume: desigualdade social. Também nesta parte, a discussão possui um caráter sociológico, além de apresentar a filósofa e ativista norte americana Angela Davis e o conceito de interseccionalidade.

O livro pode ser considerado multidisciplinar, mas não interdisciplinar. Com este formato, alguns volumes não possuem conteúdos da disciplina de

Sociologia, como é o caso do volume "Natureza em Transformação" que não traz conteúdos de Sociologia, apenas das demais disciplinas de Ciências Humanas. Abaixo, apresentamos os volumes que possuem conteúdo de Sociologia e especificamos que somente em dois volumes há um tratamento maior com autores, conceitos ou categorias da Ciência Política. Num terceiro volume existe o diálogo entre a Sociologia e a Ciência Política num formato próximo da Sociologia Política.

Neste sentido, podemos concluir que o livro não alcança o objetivo proposto pelo PNLD-2021, de ser uma obra interdisciplinar, uma vez que a divisão entre os conteúdos das quatro disciplinas da área de Ciências Humanas está muitas vezes separada em capítulos e volumes distintos. Além disso, a obra é menos teórica e mais descritiva, o que reforça o caráter interdisciplinar da Ciência Política com a Sociologia, uma vez que o livro traz poucos conceitos e, embora cite alguns autores, poucos são apresentados para os estudantes do Ensino Médio de forma aprofundada. Considerando o tamanho da obra e o número de páginas, fica evidente a redução realizada pelos autores a fim de abarcar os conteúdos referentes às quatro disciplinas de Ciências Humanas a partir dos direcionamentos da BNCC. Ou seja, em alguns conteúdos, não houve aprofundamento, como é o caso do volume "Conflitos e Desigualdades" que promove um diálogo entre a Sociologia e a Ciência Política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de um material didático aprovado no PNLD-2021, especificamente, o livro didático da editora Moderna voltado para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, constatou-se que o conteúdo de Ciência Política continua sendo apresentado para os estudantes do Ensino Médio de forma interdisciplinar, integrado à disciplina de Sociologia. A implementação do formato do novo Ensino Médio, com a organização dos conteúdos programáticos por áreas de conhecimento, resultou em uma redução no número de autores e conceitos incluídos no material didático. No entanto, não é possível atestar que todos os livros didáticos aprovados no PNLD-2021 seguem a mesma tendência de redução de conteúdos programáticos. Destaca-se que a despeito do predomínio de cientistas sociais entre os autores da obra em questão, a expectativa de uma maior ênfase nas Ciências Sociais não se confirmou por completo.

Ao assumir o terceiro mandato em janeiro de 2023, o governo liderado pelo presidente Lula se viu compelido a enfrentar intensas pressões de setores descontentes com o novo Ensino Médio, seja por meio de sua revogação ou

por melhorias no modelo existente. Em resposta a essas demandas, o governo federal promoveu uma consulta pública para coletar sugestões de professores, profissionais da educação, estudantes e entidades ligadas à sociedade civil. Diante das contribuições recebidas, o governo Lula encaminhou o Projeto de Lei nº 2.601/2023 ao Congresso Nacional. A tramitação do PL iniciou-se na Câmara dos Deputados, sob a relatoria do deputado federal Mendonça Filho (União-PE), indicado pelo presidente da casa legislativa, o deputado Arthur Lira (PP-AL). Resultado de um acordo entre os líderes partidários e o governo Lula, o texto aprovado na Câmara seguiu para o Senado. Sob a relatoria da professora Dorinha (União-TO), o projeto sofreu importantes modificações no Senado trazendo melhorias em relação ao texto aprovado na Câmara ao incorporar sugestões de setores vinculados à educação. Não obstante, ao retornar para a Câmara dos Deputados, o plenário aprovou a versão original da proposta, de autoria do deputado Mendonça Filho. A reversão de avanços conquistados a partir do parecer da relatora professora Dorinha no Senado foi celebrado por fundações e institutos empresariais que enfatizaram a manutenção da essência da reforma do Ensino Médio encampada pelo governo Temer.

A lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024, que altera o novo Ensino Médio, restabelece a carga horária da Formação Geral Básica passando de 1.800 horas para 2.400 horas, além de recompor a obrigatoriedade de disciplinas tradicionais em todos os anos do Ensino Médio. A carga horária total do Ensino Médio continua sendo de 3.000 horas nos três anos. Por sua vez, a disciplina de Sociologia, inserida na área de Ciências Humanas juntamente com História, Geografia e Filosofia, recuperou em certa medida a importância disciplinar alcançada no período que antecede a promulgação da primeira versão da reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017). Houve, por conseguinte, uma ampliação da carga horária de disciplinas tradicionais no currículo escolar, como se deu com a Sociologia. Vale destacar que a recente reforma do Ensino Médio mantém a dimensão da interdisciplinaridade concebida como um valor fundamental.

Seguindo a lógica neoliberal de um suposto direito de escolha do estudante, uma carga horária de 600 horas é destinada ao cumprimento dos itinerários formativos. A nova legislação que regulamenta o Ensino Médio nacional também define que cada instituição de ensino deve oferecer, no mínimo, dois itinerários formativos, com exceção dos estabelecimentos que ofertam o ensino técnico. Os itinerários formativos serão formulados após as diretrizes nacionais serem fixadas pelo Conselho Nacional de Educação com a participação dos sistemas estaduais e distrital de ensino, reconhecendo ainda as especificidades da educação indígena e quilombola (Brasil, 2024).

Sendo assim, é necessário observar a organização dos itinerários formativos na área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas de cada estado para análise de como a disciplina de Sociologia será inserida no currículo do Ensino Médio com as novas alterações. Interessa-nos em particular a observação dos conteúdos alusivos à área de Ciência Política, considerando que a compreensão sobre os seus diversos conteúdos pode contribuir tanto para a formação crítica dos estudantes secundaristas, como para a promoção da cidadania e dos valores democráticos. Diante de um cenário de ampliação da carga horária da disciplina de Sociologia e da consolidação de um currículo estruturado sob uma lógica interdisciplinar, vislumbra-se a possibilidade de uma inserção escolar mais robusta da Ciência Política na matriz curricular do Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

Avritzer, Leonardo; Milani, Carlos; Braga, Maria do Socorro. (Orgs.) **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

Bodart, Cristiano; Lopes, Gleison Maia. A Ciência Política nas Propostas Curriculares Estaduais de Sociologia para o Ensino Médio. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, v.1, nº.1, p. 131-152. Jan./Jun. 2017.

Bodart, Cristiano das Neves.; Macedo, Joana; Peixoto, Fabio Costa. A importância do ensino de Ciência Política no Brasil: uma apresentação. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, v. 6, p. 06-22, 2022.

Bodart, Cristiano das Neves. Ensino de Ciência Política: o que muda nos conteúdos com o novo PNLD?. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, v. 6, n. 2, 2022.

Braga, Maria do Socorro Sousa. A Ciência Política no Brasil: passado, presente e futuro. **Agenda Política**, [s. l.], v. 10, ed. 3, p. 147-164, 2022. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/986/447>. Acesso em: 21 junho 2024.

Braick, et. al. **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais aplicadas: manual do professor**. São Paulo: Moderna, 2020.

Brasil. **Base Nacional Curricular Comum**, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 9 jul. 2024.

Brasil. **Lei nº 11684**, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-010/2008/lei/l11684.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.684%2C%20DE%202.nos%20curr%C3%ADculos%20do%20ensino%20m%C3%A9dio. Acesso em: 9 jul. 2024.

Brasil. Lei nº 13415, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm Acesso em: 9 jul. 2024.

Brasil. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf. Acesso em: 9 jul. 2024.

Brasil. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2024.

Brasil. Câmara dos Deputados. redação Final: Projeto de Lei nº 5.230-C de 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2399598> Acesso em 28 Jul. 2024.

Brasil. Lei nº 14.945, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14945.htm. Acesso em: 19 ago. 2024.

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da educação Básica 2019 (microdados)**. Brasília, DF: Inep, 2019. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em 28 Jul. 2024.

Duverger, Maurice. **Ciência Política: teoria e método**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Fávero, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, n. 28, p. 17–36, jul. 2006.

Feijó, Fernanda. O Ensino de Política. In: Brunetta, Antonio Alberto; Bodart, Cristiano das Neves; Cigales, Marcelo Pinheiro (Orgs.). **Dicionário do Ensino de Sociologia**. 1a ed. Editora Café com Sociologia, Maceió, 2020.

Fidelis, Thiago. Ensino de Sociologia: uma breve discussão sobre a legislação vigente no Brasil. **Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais - CABECS**. Rio de Janeiro, v.4, n. 1, p.82-99, 2020.

Forjaz, Maria Cecília Spina. A Emergência da Ciência Política no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/BGjHfDXyhnQtLpZRNDrR55P/?lang=pt>. Acesso em: 20 junho 2024.

Frigotto, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais. **Ideação**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. p.41–62, 2010. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143>. Acesso em: 22 ago. 2024.



Lamounier, Bolivar. **A Ciência Política nos Anos 80**. Brasília: Editora UnB, 1982.

Lessa, Renato. O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista. In: Renato Lessa. (Org.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política**. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarlolla, 2010, v. 1, p. 13-50.

Macedo, Joana; Maturano, Robson. O ensino de ciência política na educação básica e a educação política como pedagogia para a cultura democrática. **Revista Latitude**, v.14, n.1, p. 50-72. Jan./jul., 2020.

Magalhães, Alexander. A Ciência Política na escola básica: uma breve reflexão acerca de seus conteúdos e habilidades no ensino médio. In: BODART, Cristiano das Neves. (Org.). **Sociologia escolar: ensino, discussões e experiências**. Porto Alegre: Cirkula, 2018, p. 39-62.

Pereira, Jesus Marmanillo. Ciência Política no Ensino médio: Reconhecimento, diálogos e itinerários da institucionalização de uma área. **Revista Em Debate (UFSC)**, v. 13, p. 75-95, 2015.

Santos, André Rocha. Os conhecimentos de ciência política no ensino médio: considerações acerca dos documentos oficiais. **Revista Café com Sociologia**, v. 5, p. 43-55, 2016.

Silva, Monica Ribeiro da; Krawczyk, Nora Rut; Calçada, Guilherme Eduardo Camilo. Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: o que propõem os currículos das redes estaduais. **Revista Educação e pesquisa**, São Paulo, v.49, e271803, 2023.

Submissão em 11 de novembro de 2024.

Aceite em 06 de fevereiro de 2025.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

